



Mantega espera crescimento de 4,5% para a economia em 2012



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Mantega (E), na Comissão de Assuntos Econômicos, ao lado de Delcídio, Garibaldi e Lobão Filho, fala sobre enfrentamento à crise e prioridades do governo

Em debate de quatro horas na CAE, ministro da Fazenda mantém previsões otimistas e rechaça denúncias

O ministro Guido Mantega afirmou ontem no Senado que o Brasil tem crédito, o mercado avança e os juros caminham para “patamares mais normais”. Disse que são prioridades para o governo a previdência complementar de servidores e a uniformização das alíquotas do ICMS para importados, além de rebater denúncias de problemas em gestões da Casa da Moeda, Banco do Brasil e Previ. **7**

Dilma recebe prêmio em sessão de homenagem à mulher

Sessão solene do Congresso comemorou o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e premiou as vencedoras do Di-

ploma Bertha Lutz 2012. A presidente Dilma Rousseff, uma das cinco homenageadas, afirmou que a igualdade de gênero e o protago-

nismo das mulheres são a chave do século 21. Ela se disse honrada por receber o prêmio do Senado ao lado de “mulheres valorosas”. **4 e 5**



Jane de Araújo/Agência Senado



Jane de Araújo/Agência Senado

Eunice Michiles, Rosali Scalabrin, Maria Prestes e Ana Alice da Costa receberam o Diploma Bertha Lutz, assim como Dilma — ao lado de Marco Maia, Sarney e Temer (D) — em sessão do Congresso

Eduardo Braga é líder do governo e Jucá deve relatar o Orçamento 2013

Justificativa de Dilma para mudança de líderes é promover rodízio. Ao assumir o cargo, Eduardo Braga

prometeu conciliar base e se aproximar da oposição. Na Câmara, Arlindo Chinaglia é novo líder. **3**

Juristas entregam sugestões para atualizar Código do Consumidor **2**

Mandato de quatro anos na CBF será debatido em audiência **3**



Jorge Cardoso/Agência Senado

Benedito de Lira, José Andrade Costa e Jair Guimarães (D) em debate na CAE

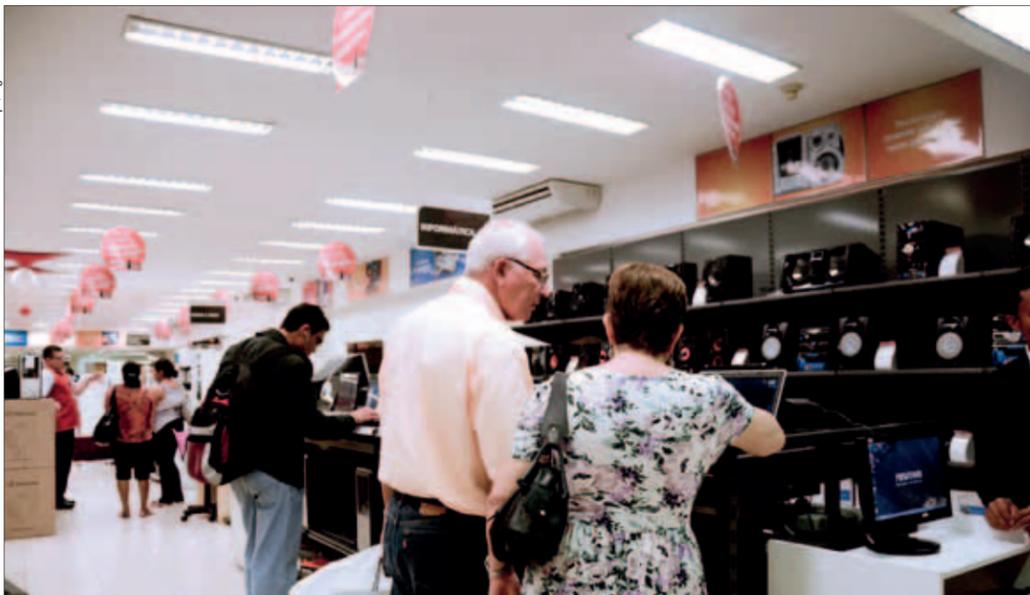
Senadores pedem perdão das dívidas de agricultores familiares do semiárido **8**

Beneficiários do fundo Aerus cobram pensão integral **6**

FGV divulga o gabarito oficial do concurso do Senado **3**

Anteprojeto que atualiza a lei de proteção do consumidor será entregue hoje ao presidente do Senado; texto inclui regras para o comércio via internet e medidas para evitar o superendividamento

Ana Volpe/Agência Senado



Loja de eletrônicos em Brasília: comissão estudou temas como oferta de crédito, endividamento e comércio eletrônico

Juristas concluem propostas para Código do Consumidor

O TRABALHO DA comissão de juristas incumbida da atualização do Código de Defesa do Consumidor chegou ao fim.

Será realizada hoje a cerimônia de entrega do relatório final e dos anteprojeto ao presidente do Senado, José Sarney. O evento antecipa o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado amanhã.

A comissão de juristas foi instituída em dezembro de 2010 para apresentar propostas de atualização do Código de Defesa do Consumidor,

que completou 20 anos no ano passado.

A comissão realizou 37 audiências públicas com senadores, procuradores da República e entidades de defesa do consumidor.

A adequação da legislação de proteção do consumidor ao comércio eletrônico, ao endividamento das famílias, à oferta de crédito e aos ritos processuais estão entre os temas abordados pela comissão no relatório final.

A comissão é presidida pelo ministro do Superior Tribunal

de Justiça (STJ) Herman Benjamin. Também compõem a comissão a coordenadora do Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor, Claudia Lima Marques, e a professora de Direito Processual Penal Ada Pellegrini Grinover. O promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Leonardo Roscoe Bessa, o diretor da *Revista de Direito do Consumidor*, Roberto Augusto Pfeiffer, e o ex-desembargador e professor de Direito Kazuo Watanabe completam a comissão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Taques, "o nascituro possui o mesmo status que uma pessoa nascida"

Taques comenta sugestões de mudanças no Código Penal

Ao comentar as propostas da comissão de juristas para o novo Código Penal, Pedro Taques (PDT-MT) disse ser preciso tomar "uma posição ética e política" para garantir o direito de proteção à vida aos nascituros. O senador citou, entre as principais mudanças sugeridas pelo colegiado, a ampliação das possibilidades de aborto legal. Declarou defender "que o nascituro possui o mesmo status constitucional que uma pessoa nascida".

Outras das propostas citadas por ele foram o aumento da pena para homicídio culposo, a criação da figura do homicídio culposo grave, o fim do homicídio simples e a criação de novas formas qualificadas, como homicídios cometidos em situação de violência doméstica ou por preconceito. Taques afirmou que os debates reunindo profissionais do Direito, representantes do poder público e sociedade são a forma mais eficaz de se alcançarem bons resultados, mas que o caminho até a aprovação e sanção ainda é longo. "Caberá aos parlamentares ajustar o texto de modo a atender aos anseios do povo", disse.



Moreira Mariz/Agência Senado

"Quando há fecundação já existe vida, e vida quem dá é Deus", diz Malta

Malta critica possibilidade de novos casos de aborto legal

A possibilidade de o aborto vir a ser legalizado em mais hipóteses foi criticada por Magno Malta (PR-ES). O senador lembrou que a comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Penal aprovou, na sexta-feira, sugestões para integrar texto que pode ser transformado em projeto de lei.

Atualmente, o aborto é permitido apenas em gravidez resultante de estupro e quando não há outro meio para salvar a vida da mulher. O anteprojeto permite o aborto nas situações em que a mulher for vítima de inseminação artificial com a qual não tenha concordância; em que o feto estiver irremediavelmente condenado por anencefalia ou outras doenças físicas e mentais graves; em que houver risco à saúde da gestante; e em que seja a vontade da mulher até na 12ª semana da gestação, desde que médico ou psicólogo constate que ela não apresenta condições de arcar com a maternidade. Para Malta, o anteprojeto anuncia "um assassinato em série". Ele criticou ainda a possibilidade de aborto em caso de deficiência do feto.

Cassol homenageia Igreja Mundial do Poder de Deus

Ivo Cassol (PP-RO) registrou ontem participação em evento da Câmara dos Deputados pelos 14 anos da Igreja Mundial do Poder de Deus, que surgiu em Sorocaba (SP) e tem como dirigente o pastor Valdemiro Santiago.

O senador criticou autoridades que reivindicam o fechamento de alguns templos sob a alegação que a concentração de pessoas provoca congestionamentos. Ele argumentou que outras manifestações corriqueiras, como torcidas organizadas de futebol, muitas vezes causam engarrafamentos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador foi a evento pelos 14 anos

sem as reações enérgicas das autoridades.

Magno Malta (PR-ES) apoiou Cassol, apontando ainda o desconforto no trânsito também causado por eventos como a Parada Gay, o Carnaval e jogos de futebol.

Correção

A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil é presidida pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO), e não por Eduardo Braga (PMDB-AM), como foi informado na edição de

ontem do **Jornal do Senado**, em matéria publicada à página 6. O colegiado é vinculado à Comissão de Serviços de Infraestrutura, que tem à frente Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Presidência Código do Consumidor

11h José Sarney recebe de juristas proposta para atualizar o Código do Consumidor; às 12h, recebe o vice-ministro das Relações Exteriores de Israel, Daniel Ayalon; às 12h30, o embaixador da China, Li Jinzhang; às 16h, preside a ordem do dia.

Plenário Duas MPs na pauta

14h A pauta da sessão deliberativa está trancada pela MP 547/11, que trata da defesa civil, e a MP 548/11, referente ao ensino técnico.

CCT Ministro Paulo Bernardo

9h O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, debatem banda larga e internet 4G na Comissão de Ciência e Tecnologia.

CAS Planos de saúde

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que visa dar maior estabilidade aos prestadores de serviços dos planos de saúde e garantir a qualidade do atendimento aos beneficiários desses planos.

CCJ Direito de resposta

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota projeto que dispõe sobre o direito de resposta à matéria divulgada por veículo de comunicação social e a proposta que pune empresas que falsifiquem remédios e cosméticos.

Lançamento de livro Consultoria

18h30 Lançamento do livro *O Auto de Santa Dica*, do consultor legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, na Biblioteca do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Nota sobre concurso

Publicação de gabaritos e interposição de recursos terão novas datas

O Senado Federal lamenta profundamente os acontecimentos registrados em 11 de março durante as provas para o cargo de analista legislativo nas áreas de Enfermagem, Análise de Sistemas e Análise de Suporte de Sistemas, com cerca de 10 mil dos quase 160 mil inscritos, e se solidariza com os candidatos.

Desde o início do processo de realização do concurso público, o Senado tem atuado para garantir a transparência e a lisura da seleção cobrando da contratada — Fundação Getulio Vargas — as providências adequadas e tomando diversos outros cuidados. Uma iniciativa de relevância, exemplo do profundo zelo para com o concurso, foi a decisão de acionar a Polícia Federal. Considerando o alto número de participantes, a ocorrência de provas em todo o país e, principalmente, em nome do interesse do candidato, o presidente do Senado, José Sarney, tomou a iniciativa de solicitar ao Ministro da Justiça a colaboração da Polícia Federal. Em razão disso, os policiais federais estiveram à disposição e puderam acompanhar a realização do concurso, preservando a ordem e o seu bom andamento. Diversas notas assinadas pela Comissão do Concurso foram divulgadas a respeito de todas as etapas do concurso.

Configurados alguns problemas pontuais, o Senado reitera ter tomado todas as medidas cabíveis ao seu alcance. A FGV foi convocada a dar explicações detalhadas, por escrito e também em reunião presencial com a Comissão do Concurso Público no dia 14 de março. O Senado esclarece, ainda, que exigiu a reaplicação das provas em todas as capitais, como da primeira vez, em dia diferente ao das provas discursivas para o cargo de consultor legislativo. Cobrou também que os candidatos alcançados pela reaplicação tenham a oportunidade de pedir a devolução da taxa de inscrição caso não queiram mais participar.

A Fundação Getulio Vargas, por sua vez, solicitou ao Senado Federal prazo adicional para a publicação dos gabaritos das provas objetivas (veja abaixo). E o pedido foi aceito com a condição precípua de que os prazos para interposição de recursos fossem, por sua vez, também alterados. O edital de retificação, contendo os novos prazos, será publicado no *Diário Oficial* desta quarta-feira, 14 de março.

O Senado Federal reafirma seu compromisso com a transparência e com a lisura do concurso público e assegura, mais uma vez, que tem buscado tomar todas as providências não só para a solução, como também para o esclarecimento dos problemas ocorridos, no interesse do cidadão e no seu próprio, uma vez que conta com uma seleção justa e que permita o ingresso, em seus quadros, de servidores bem preparados e prontos para prestar serviço público no Poder Legislativo.

Diretoria-Geral do Senado Federal

NOVOS PRAZOS

Publicação do **gabarito oficial preliminar** das provas objetivas de múltipla escolha 14 de março

Prazo para interposição de **recursos** contra o gabarito preliminar das provas objetivas de múltipla escolha 15 e 16 de março

Publicação do **juízo dos recursos** interpostos; dos **gabaritos definitivos**; e do **resultado** das provas objetivas de múltipla escolha 4 de abril

Prazo para interposição de **recursos** contra o resultado preliminar das provas objetivas de múltipla escolha 5 e 6 de abril

Publicação dos **juízos dos recursos** interpostos 12 de abril

Novo líder do governo no Senado substitui Jucá, que poderá ser o relator do Orçamento 2013; na Câmara, sai Vaccarezza e entra Chinaglia

Braga diz que assume liderança com as “sandálias da humildade”

O SENADOR EDUARDO Braga (PMDB-AM) fez, na noite de ontem, em Plenário, seu primeiro pronunciamento como novo líder do governo no Senado. Ele substitui Romero Jucá (PMDB-RR), que deverá ser indicado para relator do Orçamento 2013. A presidente Dilma Rousseff também substituiu o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) na liderança do governo na Câmara, que passará a ser ocupada por Arlindo Chinaglia (PT-SP). A justificativa é promover rodízio nos dois cargos de líderes no Congresso.

Em seu pronunciamento, Braga disse que está assumindo uma missão desafiadora e declarou que assume o cargo calçando as “sandálias da humildade”, tendo sentimento de gratidão com a presidente Dilma Rousseff e com o vice Michel Temer.

O senador elogiou o talento e a competência de Romero Jucá. Ele brincou, dizendo desconfiar que Jucá foi o mais longo líder de governo da história da República, já que ficou 12 anos no cargo. Para Braga, ninguém fica em um posto por tanto tempo se não tiver qualidades.

— Precisarei muito da ajuda de Jucá para dar continuidade ao trabalho da liderança do governo no Senado.

O novo líder elogiou as lideranças do seu partido — o presidente do Senado, José Sarney, e o líder peemedebista na Casa, Renan Calheiros (AL)—, pediu a unidade da legenda e propôs a ampliação do diálogo com o governo.

Segundo o senador, a presidente Dilma precisa de base aliada comprometida e sintonizada. Ele ressaltou a importância de uma relação de confiança entre governo e Senado, do



Braga pede unidade do PMDB



Jucá deixa cargo após 12 anos



“Não teve crise”, diz Pinheiro

trabalho conjunto entre as lideranças da base e do diálogo com a oposição.

— Buscaremos o entendimento sobre o que é melhor para o Brasil.

Em entrevista coletiva, Braga informou ainda que, entre as prioridades de votação do governo, está o projeto sobre uniformização das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com importados. A proposta (PRS 72/11) é de Romero Jucá.

Relator do Orçamento

Também em pronunciamento, o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), destacou a atuação de Romero Jucá por sua eficiência e lealdade ao governo. Sobre Eduardo Braga, disse que o ex-governador do Amazonas é “habilidoso, uma figura que poderá se mover com firmeza e conhecimento de causa”.

O líder do PT afirmou que, na mudança de líderes, “não teve crise nem tensão”.

— É um momento de passagem de bastão. Teremos continuidade na normalidade das relações e a reoxigenação dos trabalhos — avaliou, concluindo que a vida é feita de encontros e despedidas.

A indicação de Jucá para a relatoria do Orçamento 2013 faz parte da cota do PMDB como integrante da base.

— Renan entendeu que é um espaço em que eu poderia colaborar — comentou Jucá em entrevista.

Sobre a indicação de Eduardo Braga, o senador por Roraima disse que o amazonense vai contribuir para a defesa dos interesses do governo.

— O senador Eduardo Braga é experiente, já foi governador e também vai trabalhar pela unidade do partido — afirmou.

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), a escolha de Eduardo Braga dará responsabilidade a “um segmento do PMDB que vinha se consolidando como uma ala rebelde” e trará unidade à base governista.

Audiência discute mandato máximo de quatro anos na CBF



Márcia Kulture/Agência Senado

Um dia após a renúncia de Ricardo Teixeira ao cargo de presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que ocupou por 23 anos, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF) para audiência pública sobre o projeto de lei (PLS 328/10) que limita a quatro

anos, com possibilidade de uma reeleição, os mandatos de presidentes de federações e confederações.

Presidida por Roberto Requião (PMDB-PR, foto), a CE também aprovou convite à ministra da Cultura, Ana de Hollanda, para comentar denúncia de favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que pediu o convite, disse que nota técnica do ministério indica análise tendenciosa.

Além disso, foi aprovado requerimento de Cristovam e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) para pedir ao Ministério Público que interceda no Supremo Tribunal Federal pelo piso salarial dos professores. Foi ainda aprovado requerimento de Cássio para audiência para discutir a obrigatoriedade de escolas públicas de ensino fundamental e médio exporem em placa visível seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Marta pede construção de novo pacto federativo para o Brasil



Moreira Mairiz/Agência Senado

A construção de um novo pacto federativo, condizente com a atual realidade do país, foi cobrada por Marta Suplicy (PT-SP). A senadora citou estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostrando que a renda cresceu mais de 40% em quase todos os estados do Nordeste entre 2002 e 2010. No Norte, avançou entre 20% e 30%. Já São Paulo, disse Marta, “não está conseguindo acompanhar o Brasil” e teve índice menor que 10%.

— A dicotomia entre estados ricos e pobres está ultrapassada. É preciso rever a distribuição de recursos, como o Fundo de Participação dos Estados — concluiu.

Mozarildo aponta “desgoverno” em Roraima, especialmente na saúde

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que Roraima está “desgovernada”. Professores mal pagos, escolas deterioradas, falta de medicamentos e de material hospitalar e policiais trabalhando em situação precária retratam, segundo o senador, a situação do seu estado.

— Apesar de termos excelentes médicos e profissionais de saúde, os hospitais e postos de saúde estão sucateados — afirmou.

Mozarildo lembrou que o governador Anchieta Júnior (PSDB) já foi cassado duas vezes pela Justiça Eleitoral, mas permanece no cargo devido a recursos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministra deve falar na CPI da Violência contra a Mulher

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher deve ouvir, na próxima terça-feira, a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

A CPI também vai realizar audiências públicas em vários estados, a partir de abril. O objetivo é reunir informações sobre a violência contra a mulher, as ações do poder público para coibir a prática e proteger as vítimas, além de discutir a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Atualmente,

quatro em cada dez mulheres no país admitem ter sofrido violência doméstica.

Instalada em fevereiro, também para investigar denúncias de omissão do poder público, a comissão deve apresentar seu relatório final até agosto.

Ontem, os integrantes da CPI aprovaram requerimento para que o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal designem dois membros de cada instituição para colaborar nos trabalhos de apuração.



Senadora Ana Rita é relatora da comissão, que deve ser concluída até agosto

Senado divulga biografia das 44 mulheres eleitas senadoras

O Senado divulgou ontem a obra *Senadoras — dados biográficos (1979-2012)*. Publicado pela Gráfica do Senado, o livro é resultado de pesquisa da Secretaria de Arquivo sobre as 44 mulheres que ocuparam cadeiras na Casa desde 1979, quando a primeira delas tomou posse.

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), que assina o prefácio, deu um exemplar à presidente Dilma Rousseff, que esteve na sessão de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, que participou de encontro com Dilma na Presidência da Casa, entregou o livro à ex-senadora e minis-

tra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e à senadora licenciada Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil. Para Doris, as biografias são um referencial seguro para perceber a importância da participação da mulher na vida política brasileira, em especial no Parlamento.

— A publicação é uma forma de o Senado reiterar o valor que dá atuação das mulheres senadoras e do que vêm construindo um país melhor, mais moderno e mais justo para todos, homens e mulheres — afirmou a diretora-geral.

Divididas em dois volumes, que somam 1.022 páginas, as biografias estão organizadas em ordem alfabética.



Dilma Rousseff e Doris Peixoto se cumprimentam: Senado homenageia a mulher

Para presidente, igualdade de gênero é meta

Igualdade de gênero e protagonismo são palavras-chave do século 21, que é das mulheres.

Essa crença, expressa pela presidente Dilma Rousseff, foi apontada como meta de seu governo e marcou o discurso de agradecimento pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido pelo Senado ontem, durante sessão solene em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

— Acredito que igualdade de oportunidade, gênero, etnia e raça, de todos os tipos, deve ser uma obsessão deste país. Só seremos, de fato, uma nação desenvolvida se isso ocorrer. As pessoas são diferentes, mas não pode, não deve haver oportunidades desiguais — afirmou.

A presidente também expressou a convicção de que a luta feminina pela conquista de igualdade e de mais oportunidades não pode excluir os homens. Assim, destacou a escolha da senadora Marta Suplicy e da deputada Rose de Freitas como vice-presidentes do Senado e da Câmara, dividindo as principais responsabilidades no comando das duas Casas com o senador José Sarney e o deputado Marco Maia.

Sensibilidade

A “sensibilidade política e social” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi destacada por Dilma Rousseff, que atribuiu a ele sua indicação para disputar o posto máximo de comando no Brasil.

Apesar de reconhecer o déficit feminino na representação política nacional, Dilma se disse convencida de que as 97 milhões de brasileiras vão continuar abrindo espaço e ocupando lugares estratégicos na sociedade.

— Fico muito feliz com este prêmio e me sinto honrada de estar ao lado destas mulheres valorosas [Ana Alice da Costa, Eunice Michiles, Maria Prestes e Rosali Scalabrín, demais vencedoras do Diploma Bertha Lutz em 2012], que exercitaram suas atividades em prol do Brasil e dedicaram suas vidas em defesa da igualdade de gênero e da justiça social — afirmou a presidente Dilma.

Dilma recebe prêmio em sessão especial dedicada à mulher

Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi entregue ontem pelo Senado a cinco personalidades femininas, em sessão do Congresso pela passagem do Dia da Mulher, celebrado em 8 de março

SESSÃO SOLENE DO Congresso realizada ontem comemorou o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e agradeceu as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido pelo Senado. A presidente da República, Dilma Rousseff, uma das homenageadas deste ano, foi ao Plenário do Senado, onde ocorreu a cerimônia, acompanhada pelo vice-presidente da República, Michel Temer.

Dilma afirmou que a igualdade de gênero e o protagonismo das mulheres são palavras-chave do século 21. Ela se disse honrada em receber o prêmio ao lado de “mulheres valorosas”.

Também receberam o prêmio Maria Prestes, ex-mulher do dirigente comunista Luiz Carlos Prestes; a primeira senadora eleita da história do Brasil, Eunice Michiles; a

representante da Comissão Pastoral da Terra, Rosali Scalabrín; e a professora associada do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia Ana Alice da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres.

Dilma recebeu o prêmio das mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia. Antes, discursaram o próprio deputado e o presidente do Senado, José Sarney, que saudou cada uma das agraciadas com o Bertha Lutz.

Sarney lembrou a luta das mulheres pela igualdade de gênero, ao longo da história do país, e citou nomes que se destacaram na trajetória. Ele classificou Dilma como exemplo de liderança para o país.

Marco Maia ressaltou a participação feminina nos

três Poderes, a começar pela eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) como vice-presidente da Câmara, e da ministra Cármen Lúcia como presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com a presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Dilma Rousseff merece o prêmio por “romper barreiras e quebrar tabus”.

Primeira mulher vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP) destacou o caráter simbólico de ter uma mulher como maior autoridade da República. Segundo a parlamentar, a conquista do voto feminino em 1932 — bandeira defendida por Bertha Lutz — e a eleição de Dilma sobressaem entre os avanços das brasileiras.



Eunice Michiles, Rosali Scalabrín, Maria Prestes e Ana Alice da Costa também receberam o Diploma Bertha Lutz

“Orgulho para brasileiros e brasileiras”

O presidente do Senado, José Sarney, homenageou Dilma Rousseff dizendo que ela, ao romper paradigma e ser a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, “é orgulho para todas as brasileiras e os brasileiros que reconhecem o seu grande governo e sua liderança política”.

Para Sarney, a eleição de Dilma sinaliza “que é chegada a hora de as mulheres participarem de todas as atividades da vida do país em pé de igualdade”. Conforme ressaltou, a ampliação da presença da mulher na política deixa

o Brasil mais perto de seus ideais de justiça social.

— Acompanhei de perto o que significou, para o Maranhão, a eleição da primeira governadora de um estado brasileiro, Roseana Sarney — observou.

O presidente do Senado citou obstáculos pessoais e políticos vencidos por Dilma desde jovem e “a forma firme e competente com que tem enfrentado desafios no país e no contexto mundial, desde que assumiu a Presidência”. — O país goza de estabilidade monetária, crescimento

e econômico e social, e a visão política e administrativa da presidente Dilma a faz creder no respeito do povo no Brasil, respeito e admiração internacional — disse.

Sarney também saudou cada uma das homenageadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Ao final, o presidente do Senado lembrou que “a causa das mulheres não está inteiramente ganha” e se colocou ao lado dos que buscam o “ideal da paridade entre mulheres e homens, no corpo social, no trabalho”.



Para Dilma Rousseff (entre Marco Maia e José Sarney), igualdade de gênero e protagonismo das mulheres são palavras-chave do século 21

Parlamentares: poucas mulheres na política

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou a importância de mais participação de mulheres na política.

Ele disse que, em Roraima, há dificuldade de cumprir a determinação legal de haver ao menos 30% de mulheres candidatas a cargos eletivos.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), o aumento da representação feminina no Parlamento é um dos principais temas a serem discutidos em 2012 pelos senadores.

Ela sugeriu debater a redu-

ção do número de casos de violência contra a mulher e a inclusão da mulher negra no mercado de trabalho.

O deputado Marçal Filho (PMDB-MS) lamentou o recurso que determinou nova análise, agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, do projeto de lei de sua autoria que multa as empresas que pagarem salários menores à mulher que exerce mesma função de um homem. Ele lembrou que a matéria já seria encaminhada à sanção

da presidente Dilma Rousseff.

As deputadas Fátima Bezerra (PT-RN) e Erika Kokay (PT-DF) destacaram a baixa presença feminina no Legislativo. Também participaram a ex-senadora Serys Slhessarenko, que propôs a instituição do prêmio, em 2001; a 1ª vice-presidente da Câmara, Rose de Freitas; a representante da bancada feminina na Câmara, Benedita da Silva (PT-RJ); e a procuradora da Mulher na Câmara, Elcione Barbalho (PMDB-PA).

Prêmio à presidente é marco histórico

A homenagem prestada pelo Senado à presidente Dilma Rousseff — uma das cinco agraciadas com o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em 2012 — deu um tom histórico à sessão especial realizada ontem.

Se a atuação na vida política — como militante de esquerda e gestora pública — rendeu-lhe a premiação, seu exemplo como autoridade máxima do país foi apontado como estímulo para a mulher continuar lutando por igualdade de gênero, remuneração justa, mais espaço no cenário político e pelo fim de qualquer tipo de discriminação.

— Dilma rompe barreiras e quebra tabus. E é disso que a mulher precisa

para que não mais receba 30% menos que os homens e não ocupe só 10% das cadeiras no Parlamento — disse a senadora Vanessa Grazziotin, presidente do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Para a 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy, a eleição de Dilma Rousseff como presidente da República se sobressai entre os avanços colecionados pelas mulheres brasileiras:

— O simbólico disso tudo é todo dia a nação ver uma mulher como a maior autoridade do Brasil. Isso vai ter um impacto grande no imaginário da menina. Daqui a pouco, ela não vai brincar só de boneca, vai brincar de presidenta.

Vanessa aponta importância da presença de Dilma no ato

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou “o grande simbolismo e significado da presença da presidente na premiação do Diploma Mulher-Cidadã”.

— Dilma conseguiu conectar a política do governo às prioridades que tem com a causa da mulher, dos excluídos, dos mais pobres — disse.

Ela também elogiou o compromisso da presidente com o combate à discriminação racial e às diferenças regionais e pediu reflexão sobre a “sub-representação” das mulheres na política, o que para ela se reflete nas relações de trabalho e na violência.

A senadora considerou insustentável a lei atual, que



Lei tem que mudar para aumentar participação feminina, diz Vanessa

não garante aumento significativo na representação feminina, e defendeu o voto em lista com alternância de gêneros. Segundo ela, países que mudaram a legislação, como Argentina e França, atingiram representação de até 30% de mulheres. No Brasil, a participação é de 10%.

Humberto Costa comemora entrega de diploma a Dilma

Segundo Humberto Costa (PT-PE), a eleição de Dilma Rousseff para presidente foi um marco para o Brasil, que até 1932 sequer permitia o voto feminino e a escolha de mulheres para cargos eletivos no Executivo e Legislativo.

Em 2011, lembrou o senador, a revista *The New Yorker* editou perfil de 14 páginas com elogios a Dilma, também destacada pela publicação *Foreign Policy*, que incluiu a presidente entre os cem pensadores atuais mais influentes.

Humberto Costa estendeu seus cumprimentos pela passagem do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, a todas as senadoras e funcionárias da Casa. Ele lembrou



Humberto cita pernambucanas que marcaram a história do país

ainda de outras mulheres “que mudaram a história de Pernambuco”, como Adalgisa Cavalcanti, primeira deputada estadual; Cristina Tavares, que foi deputada federal; e Ana Araças, a primeira a assumir o cargo de ministra do Tribunal de Contas da União (TCU).

Lopes pede reflexão sobre desigualdades

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse ontem, em pronunciamento, que o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, deve estimular a reflexão sobre como homens e mulheres podem se unir no enfrentamento da desigualdade entre gêneros.

— Há muito o que fazer no Brasil para que as mulheres e os homens vivam de fato em uma sociedade totalmente igualitária — disse.

O senador enalteceu o surgimento da “nova mulher, renovada nos seus objetivos, aspirações e perspectivas”, com destaque para o crescimento da presença feminina no papel de chefe de família.

Lopes observou que o século 21 será marcado pela ascensão das mulheres às posições de poder e lembrou



Presença da mulher em governos é boa para políticas públicas, diz Lopes

a eleição da presidente Dilma Rousseff como símbolo de modernização no Brasil.

— Vê-se, portanto, que a ascensão feminina na política se credencia pela própria biografia das mulheres no poder, que há muito não vivem à sombra de seus maridos e definem suas trajetórias no espaço público a partir do mérito obtido em suas carreiras e também graças ao mérito acadêmico.

Para o senador, a presença de mulheres no governo influencia positivamente as políticas públicas.

Paim alerta para desindustrialização e defende empregos

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para o processo de desindustrialização vivido pelo Brasil e para a necessidade de políticas em favor da manutenção de empregos. Ele observou que a globalização das últimas décadas teve consequências benéficas, mas tem trazido efeitos danosos.

— A indústria brasileira caminha para se transformar em mera maquiladora — disse.

Paim disse que o governo acerta ao adotar medidas para estimular a indústria, enfrentando a sobrevalorização do real e reduzindo juros. Ele ainda defendeu o PRS 72/11, que uniformiza o ICMS nas operações interestaduais de importados, e o PLS 205/04, que reduz a contribuição das empresas sobre a folha de pagamento.



Paim (2º à esq.) ouve representantes de aeronautas e aeroviários e afirma que a demora da Justiça equivale a "massacre"

Beneficiários do Aerus exigem pensões integrais

Diretor da Superintendência de Previdência Complementar acredita que, entre 30 e 40 dias, saia decisão da Justiça em relação a 10 mil pessoas que recebem valores incondizentes com as contribuições feitas

BENEFICIÁRIOS DO FUNDO de pensão Aerus lotaram a audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ontem, para reivindicar a integralidade de pensões e aposentadorias. O Aerus ruiu com a bancarrota da Varig, uma de suas maiores devedoras. Com isso, cerca de 10 mil aeronautas e aeroviários recebem valores irrisórios, que não condizem com suas contribuições da época da ativa.

— Um fundo como este se sustenta em dois pilares: trabalhadores e empresas. Quando um desses pilares é comprometido, fica difícil manter.

A crise pela qual passou o setor aéreo no mundo inteiro nos anos 1990 também contribuiu para o problema — opinou o diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Manoel Lucena dos Santos.

Ele admitiu que pouco pode fazer, a não ser aguardar decisão do Judiciário que, segundo acredita, pode sair dentro de 30 a 40 dias. A decisão refere-se a ação movida pela Varig contra a União para reaver perdas causadas por defasagens tarifárias durante os anos 1980. Aposentados veem no processo, que está no Supremo Tribunal Federal (STF),

chance de receber ao menos parte do dinheiro.

A presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, criticou a Secretaria de Previdência Complementar, responsável pela intervenção no Instituto Aerus de Seguridade Social, em abril de 2006.

— A secretaria não fiscalizou como deveria. Se tivesse feito, não teria deixado a situação chegar a este ponto. O governo tem responsabilidade, junto com os empregadores, e agora tem que refletir e se apressar em fazer acordo, pois estamos diante de problema social grave — cobrou Selma.

Homenagem póstuma a advogado da causa

Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão, informou que pretende conversar com a Advocacia-Geral da União e com a Casa Civil para um entendimento sobre o Aerus. Ele falou que poderá ir ao Supremo Tribunal Federal para cobrar agilidade.

— A situação se arrasta e houve até quem fizesse greve de fome. É um massacre que se faz sobre essa gente que tantos serviços prestou a este país — protestou Paim.

O senador disse acreditar em

solução, seja por via judicial ou por acordo.

Na audiência de ontem, também houve homenagem póstuma ao advogado Luís Antônio Castagna Maia, que defendeu aposentados e pensionistas do Aerus durante anos e morreu em janeiro de 2012, vítima de câncer, sem ver desfecho para a causa.

— Tenham certeza de que ele é um orgulho para o Brasil, não só para a família. Vale a pena lutar por pessoas como ele — disse Paim.

Familiares, colegas de trabalho e aposentados e pensionistas do Aerus também deram depoimentos emocionados sobre o doutor Maia, como era conhecido o advogado. Os participantes do Aerus também homenagearam o senador pela atuação em defesa de sua causa. Emocionado, Paim se disse indignado pelo fato de os prejudicados não terem recebido ainda seus direitos depois de tantos anos de luta. Mas afirmou estar certo de que a justiça será feita.

Alvaro Dias apoia campanha da CNBB em favor da saúde

Na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR), a campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre a saúde demonstra o descaso das autoridades do governo com a população mais pobre. A Campanha da Fraternidade 2012 tem como lema "Que a saúde se difunda sobre a terra".

Alvaro ressaltou que há corredores de hospitais abarrotados de doentes aguardando atendimento, enquanto se verificam desvios brutais de recursos.

— A CNBB traduziu as expectativas da população mais carente — disse o senador.



Alvaro lamenta a situação da saúde

Jayme propõe braille obrigatório em cardápios

Jayme Campos (DEM-MT) comunicou a apresentação de projeto de lei que torna obrigatório o braille em cardápio, rol de serviços, normas explicativas e placas indicativas de restaurantes, hotéis, bares e similares.

Segundo Jayme, há no Brasil cerca de 800 mil pessoas com deficiência visual, número que deve dobrar até 2020, acompanhando o aumento da expectativa de vida. Em sua avaliação, essas pessoas sofrem com barreiras para o desempenho de tarefas corriqueiras e é função da democracia integrá-las à sociedade.



Democracia deve integrar, diz Jayme



Senadora elogia Fernando Sant'Anna

Lídice da Mata lamenta morte de ex-deputado

Lídice da Mata (PSB-BA) homenageou ontem o ex-deputado federal Fernando Sant'Anna, morto dia 1º, aos 96 anos. Engenheiro, ele era conhecido, segundo a senadora, como um dos comunistas históricos do Brasil.

— Tenho orgulho e honra de dizer que o Congresso, tantas vezes maculado pela ação indigna dos que não honram o compromisso de representar o povo brasileiro, teve em seus quadros um dos mais honrados homens públicos que este país já conheceu — disse.

A senadora informou que a família decidiu construir memorial dedicado ao político em sua cidade natal, Iará, e pediu o apoio do Congresso para manter viva a história de Fernando Sant'Anna.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência pública no Senado, ministro da Fazenda disse que, por ter base fiscal e monetária, crescimento do país em 2012 não será afetado pela crise internacional

Mantega prevê que a economia brasileira crescerá 4,5% neste ano

POR QUATRO HORAS, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, falou no Senado sobre a crise mundial, os fundamentos da economia brasileira e as denúncias de irregularidades na Casa da Moeda, no Banco do Brasil e na Previ, o fundo de pensão do banco.

Mantega participou ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele manifestou otimismo em relação ao crescimento da economia brasileira em 2012, que, segundo ele, deve ficar em torno de 4,5%.

— Nós temos as condições para que a economia continue crescendo. O Brasil é hoje um país sólido, do ponto de vista dos fundamentos fiscais e monetários. É um país que tem crédito, o mercado avança. Tem desafios como aumentar a infraestrutura, aumentar a produtividade e competitividade



Guido Mantega fala em audiência na CAE, ao lado do senador Delcídio do Amaral e do ministro Garibaldi Alves Filho

e reduzir custos, mas há muito investimento que vai ter resultados positivos — disse.

Prioridades

Mantega ressaltou dois projetos prioritários para o governo: o projeto que cria o fundo de

previdência complementar para servidores federais e o que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Conduzida pelo presidente da CAE, Delcídio do Amaral

(PT-MS), a audiência faz parte do calendário obrigatório da comissão e acontece a cada semestre.

Também participou da audiência pública de ontem o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Juros caminham para “patamares mais normais”, diz ministro

O cenário internacional desfavorável não impediu o crescimento e a geração de empregos no Brasil, na avaliação do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O ministro admitiu as dificuldades impostas pela crise internacional, iniciada em 2008, o que provocou baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano passado (2,7%). No entanto, considerou que o “Brasil atravessou 2011 com bons resultados”.

Provocado por Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem o ministro não vem acertando em suas previsões do PIB, Mantega disse que a crise tem tornado o crescimento econômico imprevisível.

— O crescimento deve ficar em torno de 4,5%. E o senador Alvaro Dias pode anotar — disse.

Mantega citou o número de novos empregos formais: 1,9 milhão em 2011.

— O Brasil está próximo do pleno emprego.

Além disso, continuou, a remuneração média do trabalhador cresceu.

— Estamos enfrentando uma crise internacional, mas conseguimos aumento dos salários dos trabalhadores e

estamos mantendo todos os direitos trabalhistas. Também cumprimos a meta de superávit primário de 2011 e as metas inflacionárias. Tivemos um resultado fiscal sólido.

Ainda de acordo com o ministro da Fazenda, a inflação está controlada no país, e em patamar menor, o que facilita o desempenho das políticas monetária e fiscal. Mantega

também apostou que o Brasil está caminhando para ter uma taxa básica de juros “em patamares mais normais” em relação à realidade mundial.

Para Alvaro Dias, o governo tem desperdiçado oportunidades que fariam a economia crescer mais. Ele citou como urgentes as reformas tributária e administrativa e a revisão do pacto federativo.

Números apresentados por Mantega



Ministro afirma que investiga toda denúncia contra sua pasta

Questionado por senadores da oposição, Mantega afirmou que o Ministério da Fazenda investigou as denúncias na Casa da Moeda. Disse que o próprio ministério pediu apuração à Polícia Federal e que as investigações do Ministério Público acabaram arquivadas.

— Havendo denúncia formal, nós investigamos.

Sobre as acusações de que interesses políticos estariam acima da capacitação técnica na ocupação dos cargos no governo, Mantega disse que nunca admitiu “servidor na Fazenda que não tenha qualificação técnica para o cargo”.

Nas últimas semanas, a imprensa noticiou suposta briga entre grupos políticos por espaço no Banco do Brasil e no seu fundo de pensão, a Previ.

Governo não abandonará a indústria nacional, promete Mantega

Guido Mantega disse que “o governo não vai abandonar a indústria”.

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Armando Monteiro (PTB-PE), Blairo Maggi (PR-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestaram preocupação com a desindustrialização nacional.

— Estamos preocupados com o sofrimento da indústria. Não vamos abandoná-la.

Um dos desafios, de acordo com Mantega, é manter em crescimento os investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes e energia.

De acordo com o ministro, o BNDES deverá disponibilizar mais capital de giro com taxas menores para as empresas neste ano.

Cristovam: país está perdendo competitividade internacional



“Falta inventividade”

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem a postura do governo federal com relação ao desenvolvimento do país. Segundo o senador, a exposição do ministro da Fazenda, Guido Mantega, comprovou que o governo não consegue “casar o presente com o futuro” em suas

ações e projetos. Cristovam advertiu que o Brasil vem perdendo competitividade no mercado internacional. As causas seriam a estagnação de sua produtividade e a falta de inventividade do setor produtivo. A solução, na avaliação de Cristovam, passa diretamente pela educação.

Governo tem a obrigação de proteger o real, avalia Blairo



Blairo elogia Mantega

Blairo Maggi (PR-MT) elogiou o desempenho do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos. O senador afirmou que o país precisa se proteger contra recursos especulativos estrangeiros contra o real.

— O Ministério da Fazenda

tem, junto com o Banco Central, a obrigação de fazer a proteção da moeda brasileira.

Segundo Blairo, o ministro conseguiu responder a todos os questionamentos da oposição, inclusive os referentes a denúncias de irregularidades na Casa da Moeda.

Couto critica fala de ministro sobre corrupção e inflação



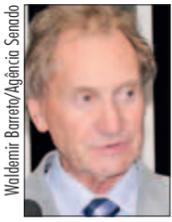
Couto: Brasil não é Suíça

Mário Couto (PSDB-PA) criticou as declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o episódio que levou à demissão do então presidente da Casa da Moeda, Luiz Felipe Denucci. Para Couto, “o país padece de uma explosão de corrupção”.

O senador também criticou a política de combate à inflação, que, para ele, “é visível a olho nu”.

— O leite está 18% a mais. Na área de serviços, a coisa disparou. A consulta médica está 14% mais cara que no ano passado. E o ministro faz uma explanação que parecia que o Brasil é uma Suíça.

Para Casildo, Brasil desperdiça potencial turístico



Casildo Maldaner (PMDB-SC) lamentou o fato de o Brasil, apesar do grande potencial, não ser destino dos

turistas estrangeiros.

Na opinião do senador, o real sobrevalorizado, a legislação trabalhista, a carga tributária elevada e os altos juros tornam o país um destino caro. Isso leva o Brasil a ter a capacidade de investimentos sacrificada, em comparação com outros países — as redes deixam de construir hotéis aqui, por exemplo.

— Com as medidas corretas, o setor turístico brasileiro pode dar contribuição valiosa ao desenvolvimento econômico e social.

Davim afirma que país deve olhar saneamento básico



Dados do Sistema Nacional de Saneamento Básico apresentados por Paulo Davim (PV-RN) indicam que o

Brasil ainda tem longo caminho a percorrer em busca da universalização dos serviços de água e esgoto — 53% da população não dispõem de coleta de esgoto e, do que é coletado, apenas 38% recebem tratamento.

— O saneamento básico tem reflexo na qualidade de vida. O esgoto a céu aberto leva à vulnerabilidade para se contrair doenças. Nos últimos dez anos, mais de 60 mil pessoas morreram por diarreia, dengue e outras doenças de veiculação hídrica.

Empresa do AC que recicla plástico é exemplo, diz Anibal



Anibal Diniz (PT-AC) relatou ter visitado na semana passada indústria de reciclagem de materiais plásticos em Rio Branco. Segundo

ele, a Plasacre é exemplo de empreendimento ambientalmente sustentável.

— É inegável a melhoria de vida da população. Com a inclusão social de pessoas de baixa escolaridade no mercado de trabalho, contribuiu-se para o fortalecimento da economia solidária — afirmou o senador.

Além de mangueiras, caixas para transporte de frutas e abrigos para passageiros de ônibus, a empresa produz tijolos de encaixe, telhas e forros.

Em audiência, discutiram-se as dificuldades enfrentadas por agricultores familiares do semiárido, que correm o risco de perder suas propriedades por não quitar dívidas com Banco do Nordeste

Senadores pedem perdão de dívidas de agricultores

SENADORES DA COMISSÃO de Desenvolvimento Regional (CDR) pedirão ao governo federal que perdoe as dívidas de pequenos agricultores com o Banco do Nordeste.

A decisão saiu de audiência pública que discutiu a situação dos pequenos agricultores do semiárido nordestino, que correm risco de perder suas propriedades por não quitar os financiamentos com o banco. Os financiamentos têm recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na Paraíba, estado com 80% dos financiamentos, há 3,6 mil execuções em andamento.

— O Banco do Nordeste passou a atuar como um agente destruidor da família do pequeno produtor, que conta com a propriedade como única forma de sustento — disse Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do requerimento para realização da audiência.

Secas

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a suspensão da dívida é apenas um paliativo. É preciso adotar solução mais ampla para a produção rural no Nordeste: o subsídio. O senador disse que o Banco do Nordeste não é vilão. Cássio argumentou que o governo federal precisa entender que o crédito para os pequenos agricultores do Nordeste é quase tão importante quanto suas sementes.

O presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, Jair Pereira Guimarães, explicou que a principal causa da inadimplência é a seca. Foram sete grandes estiagens nos últimos dez anos, que derrubaram a produção e provocaram mais despesas do que receitas na



João Rabelo, Assis Quintans, Benedito de Lira, José Costa e Jair Guimarães

agricultura familiar.

Outro problema citado por Jair Guimarães foi a dificuldade dos agricultores em renegociar a dívida com o banco. Ele citou casos de trabalhadores que pegaram empréstimos de baixo valor há algumas décadas e hoje, com o atraso no pagamento, chegam a dever R\$ 40 mil. Para ele, o banco “massacra”.

Uma saída é o projeto de Vital do Rêgo que concede a anistia das dívidas de até R\$ 35 mil contraídas até 2011 (PLS 688/11). Além disso, aguarda-se a definição de regras mais flexíveis para futuros financiamentos.

O superintendente de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste, José Andrade Costa, assinalou que as execuções feitas neste ano obedeceram a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Em auditoria, o órgão identificou prejuízo de R\$ 7 bilhões aos cofres públicos como resultado da não execução de dívidas de financiamentos agrícolas.

Andrade disse que o banco segue a lei e que, antes da execução da dívida, o agricultor é comunicado da inadimplência e das formas de negociação. Segundo ele, as taxas do banco são as menores do mercado.

Benedito diz que quase perdeu fazenda para o Banco do Nordeste

Presidente da CDR, Benedito de Lira (PP-AL) disse que o debate sobre as dívidas dos pequenos agricultores não estava encerrado. A comissão, garantiu, deve seguir com discussões para resolver o problema.

Benedito contou que teve uma propriedade rural na década de 1990 e precisou de empréstimo agrícola para dar início à criação de gado leiteiro. Os R\$ 200 mil necessários para iniciar o empreendimento — que contou com projeto elaborado pelo próprio Banco do Nordeste — acabaram virando uma dívida de R\$ 4 milhões.

Sem lucro na produção, que sofria com a seca, o senador se viu obrigado a repassar a propriedade a outro empresário, que assumiu a dívida, a fim de não perdê-la para o banco.

— Nós vamos arremeter os senadores do Nordeste para que tenhamos um encontro com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e negociemos as dívidas dos agricultores.

Suplicy: entidades esportivas devem ter menos autonomia

As entidades esportivas deveriam ter sua autonomia limitada. Essa é a opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu o apoio dos senadores na apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) nesse sentido. A autonomia das entidades esportivas está prevista no texto constitucional. Para apresentar PEC, são necessárias assinaturas de pelo menos 27 senadores.

— A sociedade brasileira depara-se, há muito, com denúncias sobre desmandos e desvirtuamentos praticados em muitas entidades de administração de desporto.

Ana Amélia teme “banho de sangue” de índio e agricultor

Ana Amélia (PP-RS) falou das disputas entre pequenos agricultores e índios por terras em todo o país. Segundo ela, é preciso atenção às ações de desapropriação e demarcação, para evitar “banho de sangue”.

— Não podemos admitir a desapropriação de pequenos agricultores de forma violenta, sem o Estado como mediador, não para disseminar o conflito, mas para pacificar a disputa.

Ana Amélia reclamou da Fundação Nacional do Índio (Funai), que estaria removendo 300 famílias de agricultores no Rio Grande do Sul para assentar 63 índios guaranis.

Flexa Ribeiro quer discutir impasse na obra de Belo Monte

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou visita feita na semana passada ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de

Belo Monte. Segundo o senador, as obras estão adiantadas, porém condicionantes exigidas pelo Ministério Público estariam emperradas por falta de licença ambiental do Ibama.

As condicionantes são os compromissos assumidos pelo consórcio empreendedor para que fosse dada a licença de implantação.

Flexa Ribeiro, presidente da subcomissão de acompanhamento das obras, disse que pretende reunir Ministério Público, consórcio Norte Energia e Ibama para tratar do impasse.

Criação do banco da América do Sul começa a tramitar

O convênio que cria o Banco do Sul, assinado em setembro de 2009, recebeu ontem parecer favorável da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

A representação aprovou a Mensagem 45/12, do Executivo, que submete ao Congresso o texto de criação do banco. A mensagem será transformada em projeto de decreto legislativo e tramitará inicialmente

na Câmara dos Deputados.

Em seu voto favorável, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), relator da matéria, lembrou que a ideia do Banco do Sul foi lançada em 2007, pela Venezuela e pela Argentina. A proposta, segundo ele, foi inicialmente vista com desconfiança em “certos círculos políticos da América do Sul”, que temiam que o banco fosse administrado “ao sabor de

conveniências políticas de ocasião”.

Na opinião do relator, porém, a proposta de criação do Banco do Sul tem consistência técnica. O novo banco, explicou, se converterá no banco de desenvolvimento da União dos Países da América do Sul (Unasul). A criação da nova instituição, a seu ver, ajudará a “equacionar o claro déficit de investimentos” na região.